



# Assembleia de Freguesia Algueirão - Mem Martins

## DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALGUEIRÃO-MEM MARTINS

Nos termos do artigo 57º, n.º 3 e 4 RJAL aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, artigo 34º, n.ºs 4 e 6 do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, a Assembleia de Freguesia da Algueirão-Mem Martins, aprovou em minuta o texto de deliberação tomada na Sessão Ordinária n.º 2, reunião n.º 1 de 26 de abril e reunião n.º 2 de 28 de Abril de 2023, referente ao Voto de Saudação, apresentado pelo BE – “Viva o 25 de Abril e o 1º de Maio”, que se anexa.

Votação: **Aprovada por maioria.**

Votos	Total	PS	PSD	CDS-PP	CDU	CH	BE	IL	PAN
Contra	2	-	-	-	-	1	-	1	-
Abstenção	2	-	-	2	-	-	-	-	-
Favor	16	8	4	-	2	-	1	-	1

**A Presidente da Assembleia de  
Freguesia de Algueirão-Mem Martins**

  
\_\_\_\_\_  
Maria de Lúrdes Tomás Alves Pedroso





PS-8 ✓  
BE-1 ✓  
CDU-2 ✓  
PAN-1 ✓  
PSD-4 ✓  
@

MDS 1 ✓  
CDS-2 ✓  
LIVIA ✓  
IL-1 ✓  
CHG-1 ✓  
Aprovada  
para maio 10

Assembleia de Freguesia de Algueirão- Mem Martins

## VOTO DE SAUDAÇÃO

### VIVA O 25 DE ABRIL E O 1.º DE MAIO

Comemoramos o quadragésimo nono aniversário do 25 de Abril de 1974, um dos momentos mais importantes da nossa história coletiva. O 25 de abril não é apenas importante como uma data simbólica, mas também como um processo de transformação social que modelou o nosso presente. A vitória da liberdade e da democracia contra o fascismo e a opressão permitiram iniciar a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna.

Com o 25 de Abril ampliaram-se os direitos de cidadania, implantou-se a democracia e desenvolveu-se o Estado Social. Conquistou-se o direito à participação política, democratizou-se a educação, criou-se o Serviço Nacional de Saúde e garantiu-se o direito à habitação. Terminou-se com a guerra e o colonialismo português. A Constituição da República consagrou as liberdades e os direitos democráticos, sociais e laborais conquistados no processo revolucionário.

Foi também há 50 anos, no 1º de Maio de 1973, apesar da ditadura fascista, que trabalhadores e povo saíram às praças e ruas do país. Com grande coragem. Sabiam que haveria cargas policiais, feridos e prisões. Mas não desistiram. Em Lisboa, Porto, Coimbra, Marinha Grande, Alpiarça, Amadora, Espinho, Torres Novas e em muitos outros locais do país exprimiram a vontade coletiva para melhorar as suas condições de vida e de trabalho, combater as injustiças e desigualdades, acabar com a exploração. E lembravam o Dia Internacional do Trabalhador, as greves e as manifestações de Chicago nos EUA,



pela redução da jornada de trabalho para 8 horas e que foi violentamente reprimida, com a condenação à morte de dirigentes sindicais.

As conquistas económicas e direitos de cidadania alcançados com a revolução de abril e celebradas com o 1 de maio não são irreversíveis e devem ser defendidas e protegidas contra a exploração laboral, as discriminações e a violência. Manter vivo o espírito de abril implica aprofundar a democracia e combater as desigualdades e a exclusão social.

O projeto político iniciado no 25 de Abril de 1974, alicerçado em políticas de igualdade, liberdade e fraternidade, deve continuar a ser a matriz sobre a qual tecemos a nossa vida coletiva, orientando a implementação de políticas públicas que garantam direitos iguais para todos, não deixando ninguém para trás.

Em 2022, a inflação superou recordes de trinta anos e, em 2023, continua a crescer. Ainda que a ritmo oscilante, os preços continuam a subir e de forma mais pronunciada nos bens alimentares. Assim, num momento em que, pelos efeitos da fortíssima inflação, da não reposição de direitos retirados no tempo da troika, dos baixos salários, das novas formas de precarização do trabalho, as e os trabalhadores de todos os setores têm-se manifestado pelo trabalho digno e pelo direito à habitação.

É agora, mais que nunca, importante assinalar e valorizar o 1º de Maio, Dia Mundial do Trabalhador. E lembrar que o direito a trabalhar, em condições justas e favoráveis, com uma remuneração justa e satisfatória, que assegure ao trabalhador e à sua família uma existência compatível com a dignidade humana, é um direito humano.

A perda de poder de compra, o desemprego e a precariedade laboral são ataques aos direitos de quem trabalha e um obstáculo à liberdade. Temos de ser firmes no seu combate. A um posto de trabalho permanente deve corresponder um vínculo de trabalho efetivo, defendendo o direito constitucional ao trabalho com direitos. **A um salário deve corresponder uma vida digna.** Não há verdadeira democracia quando a desigualdade e a exclusão social afetam ainda tanta gente no nosso país, privando-a de muitos dos direitos básicos que abril nos deu.



Assim, ao abrigo das normas legais e regimentais em vigor, a Assembleia de Freguesia de Algueirão- Mem Martins, reunida em Sessão ordinária de 26 de abril de 2023, por proposta do Bloco de Esquerda, delibera:

1. Evidenciar o 49º aniversário da Revolução como uma comemoração de luta que tem a sua plenitude na rua, espaço público e democrático, cuja participação cumpre com a exaltação da memória e o tributo a todos aqueles que se envolveram na luta contra o fascismo e a ditadura do Estado Novo e se empenharam pela democracia social e laboral e pela implementação de um Estado social, saudando a efeméride por aclamação;
2. Saudar o 1º de Maio e nele a coragem de todos e todas, que exigem dignidade, democracia e progresso social, emprego com direitos, salário e pensões dignas e serviços públicos de qualidade para todos e todas
3. Saudar as lutas das trabalhadoras e dos trabalhadores dos setores público, privado e social, por condições de trabalho dignas, salários justos e contra todas as formas de precariedade ou exploração
4. A ser aprovada, a remessa do teor integral da presente proposta aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República, à Associação 25 de Abril, às Centrais Sindicais.

A eleita local pelo Bloco de Esquerda,

